

FRANÇA



Poder Popular



MILHARES DE TRABALHADORES EM LUTA

PROFESSORES F. PÚBLICA

VER PÁG. 6



MADEIRA MARCHA DA FOME

No passado dia 9 a Madeira conheceu talvez a sua maior manifestação popular de sempre.

Convocada pela UCIM e USAM (união dos caseiros e união dos sindicatos da Madeira) e iniciada com uma grandiosa "marcha de fome" dos caseiros e operários do Grão-Pará do Machico até ao Funchal, a manifestação foi uma demonstração evidente de luta dos milhares e milhares de pessoas

que a ela ocorreram gritando contra o custo de vida, o desemprego, o fascismo e o separatismo.

Dias antes a USAM distribuiu um comunicado de mobilização onde se denuncia a política de miséria do governo regional social-democrata: "a política do governo Regional é a aplicação de todas as medidas feitas pelo Governo Central contra os trabalhadores, e a regulamentação duma forma

ainda mais reaccionária das leis que não os satisfazem plenamente como no caso da regulamentação regional da lei da greve. Por outro lado, com a regionalização dos serviços o Governo Regional pretende também regionalizar a contratação colectiva e impedir que os contratos colectivos no continente sejam aplicados na Madeira".

expressaram-se assim numa grande afirmação de combate que terminaria no Comício final onde usaram da palavra representantes da União dos Sindicatos, da União dos Caseiros e da CGTP.

O MES sauda calorosamente esta jornada de luta que vem provar que, quando as direcções sindicais sabem ser a expressão avançada dos sentimentos da classe e não cair na estreita conciliação de corredor, é possível uma ampla mobilização do povo trabalhador contra a política de recuperação capitalista e de ingerência imperialista.

A forte reacção de todo o povo da Madeira a esta política do governo e muito particularmente o espontâneo repúdio popular à recente estipulação em 28\$000/Kilo do preço da batata,

AS LIÇÕES DO 11 DE MARÇO

VER COMICIO NAS PÁGINAS CENTRAIS



Três anos após a tentativa golpista e reaccionária do 11 de Março de 1975, anos em que o bombismo e o terrorismo fascista do ELP e do MDLP se abateram sobre o povo português, o seu chefe Spínola encontra-se já reintegrado nas Forças Armadas enquanto delas permanecem afastados alguns dos principais obreiros do 25 de Abril.

Três anos após a tentativa golpista e reaccionária do 11 de Março de 1975 os homens do marcelismo, hoje com o nome de CDS, estão no governo para atacar e tentar destruir as conquistas populares e, entre elas, as nacionalizações que a imediata resposta popular ao golpe frustrado do 11 de Março permitiu concretizar.

O MES ao empenhar todos os seus esforços para erguer a plataforma de luta da resistência popular activa contra a política de recuperação capitalista e submissão ao Imperialismo do governo direitista PS/CDS coloca no eixo da sua acção a luta pela Unidade Popular. É no avanço da Unidade Popular que se encontra o caminho do fortalecimento do movimento de massas e da resposta consequente e eficaz ao avanço da direita, da repressão política e patronal e das tentativas de fazer pagar a crise capitalista aos trabalhadores portugueses.

É esta a grande lição que as sucessivas investidas das forças burguesas e do Imperialismo contra o movimento popular permitem retirar. É este o caminho que há que apontar três anos volvidos sobre o golpe do 11 de Março.



ESTALINE E AS ORIGENS DO REVISIONISMO
VER CENTRAIS



Cardia - reaccionarismo aparente?

a Rua

o combate do futuro

CARDIA QUER GREVE GRAÇAS A INCOMPETÊNCIA DO MEC VÃO PARALIZAR AS ESCOLAS



COMO O PC PRETENDE

Cardia quer greve das escolas...
O homem tão desejoso de se vender à direita e afinal acaba por receber esta paga...
Sempre há gente muito mal agradecida!...

neste número
pág. 3 - O SEU E PORTUGAL
pág. 7 - AS LEIS, A BURGUESIA LIBERTA
E A SIROPETRA DE KANDY
centrais - A SOMBRA
de BRIST LITOVIN
pág. 18 e 21 - NO CONTRÁRIO
DE MARTINHO PEREIRO

Quem havia de dizer?

O Cardia tão esforçado a tentar fazer as escolas voltarem ao antigamente e agora dizem isto dele!
O homem tão desejoso de se vender à direita e afinal acaba por receber esta paga...
Sempre há gente muito mal agradecida!...

Soares em França.. com Giscard?

As eleições que se disputam em França são tema fundamental da actualidade política europeia.

E não é por acaso que entre nós, conforme o quadro político em que se inserem, os vários jornais "analisam" à sua maneira.

Enquanto uns anunciaram já há tempo a vitória da esquerda e garantem que ela proporcionará o progresso e a justiça social, outros continuam ainda a garantir que será a direita que ganhará, ao mesmo tempo que avisam contra os graves sobressaltos e crise económica que uma vitória da esquerda provocaria...

No meio de toda esta agitação um facto temo-se a registar: o silêncio de Soares e do PS. Nem uma palavra de solidariedade para com o PS francês! Tanto mais estranho quanto é conhecida a proverbial tagarelice de Soares, o seu apego à Internacional Socialista, a vaidade do PS na "Europa connosco".

Este silêncio só pode ser explicado pelo embaraço que causaria ao PS uma vitória da "esquerda unida" em França. Tal viria, de facto, pôr em questão a política de aliança com a direita que Soares vem pando em prática e que hoje se materializa no Governo com o CDS.

Tal facto ser-lhe-ia de tal modo incómodo que não nos custa a crer que Soares, Secretário-Geral de um partido de nome Socialista esteja a esta hora em Paris seguindo ansiosamente os resultados eleitorais e torcendo pela vitória... dos homens de Giscard d'Estaing.

EM DESTAQUE

CIP e CCP - COM O PROGRAMA DO GOVERNO - "É PRECISO É PASSÁ-LO À PRÁTICA"

No seu diálogo com os chamados "parceiros sociais" o governo recebeu no mesmo dia os patrões da CIP (indústria) e da CCP (comércio) e ainda os patrões da Carta Aberta.

Imanados na mesma intenção de fazer pagar aos trabalhadores a crise da nossa economia - jogando uns com os despedimentos e a repressão patronal e outros com a cisão sindical e a divisão dos trabalhadores - estes são os verdadeiros parceiros do governo PS/CDS.

Apesar das críticas da CIP que acha que o governo ainda não beneficia suficientemente o capital privado, as reuniões decorreram no maior espírito de

colaboração mútua. Fernando Alves Martins - patrono da Confederação do Comércio Português - não deixou de considerar que "no programa do Governo existem bastantes aspectos positivos" mas "teremos de aguardar que passem do papel à realidade".

Por outro lado, o facto do governo ter retomado as relações com a CGTP é um facto positivo já que demonstra a força da unidade dos trabalhadores e a derrota das manobras cisionistas. Cair na pactuação e na conciliação, não avançar para a organização e mobilização numa grande jornada nacional de luta será transformar essas forças em fraquezas...

AÇORES/MADEIRA - O SEPARATISMO JÁ TEM VOZ NAS INSTITUIÇÕES "DEMOCRÁTICAS"



"Eu não sou português e, portanto, não ataco as instituições portuguesas, nem as respeito, nem as reconheço" - assim falou o líder da FLA aos microfones do Rádio Clube de Angra como o fizera, dias antes, à RDP no programa dominical - "O dito e o Feito".

José de Almeida - fascista confesso, mentor dos ataques terroristas às organizações progressistas e de trabalhadores nos Açores - tem acesso à rádio oficial dum estado que se afirma "democrático" - onde amenamente conversa sobre as suas actividades bombistas - "muitas das bombas cuja colocação foi imputada à FLA não foram

colocadas pela FLA" (!!!)
Dias mais tarde era na Madeira que, pela mão do líder parlamentar do PSD, entrariam as propostas separatistas. João Jardim apresentou um projecto de decreto-lei sobre as "Insignias da Região Autónoma da Madeira" iguaizinhas... às utilizadas pelos separatistas da FLAMA. Tudo em ambiente muito "democrático"... em plena Assembleia Regional.

Que aprendam aqueles que pensaram que era com "paninhos quentes" que se combatia a direita e o separatismo. Agora... com a viragem à direita do poder os separatistas não só continuam a sua acção como já têm voz nas instituições "democráticas",

AINDA AS CHEIAS...

Mais uma vez, como em anos anteriores, as cheias vieram trazer miséria e dor ao nosso povo.

Um operário morto, fa-

mílias com as suas casas e bens destruídos, camponeses que vêm meses e meses de trabalho desaparecer...

Mais uma vez, tal como

em anos anteriores, as grandes cheias do Douro e do Tejo são apresentadas como "calamidades" da natureza.

Mais uma vez, tal como no fascismo, os governantes passeiam-se pelas regiões mais atingidas e fazem as suas promessas.

O que não é dito é que existem técnicas mais que

suficientes que possam reter as inundações.

O que não é dito é que não há, nem houve, um mínimo de planificação e preocupação séria em as evitar.

Ao governo que se mostrou tão solícito nas indemnizações aos capitalistas e latifundiários há que exigir a reparação imediata dos danos causados às famílias e populações atingidas.

RTP - REPRESSÃO À LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

Posto a lume aquilo que, pela prática da RTP já era conhecido - a repressão à liberdade de informação. A partir dum relatório de 11 jornalistas da delegação do Porto, concluiu-se pela existência dum situação caracterizada:

a) - pela coacção psicológica sobre o conjunto dos jornalistas;

b) - pelo desrespeito das ideias políticas de alguns, em termos que nem sequer eram conhecidos antes de 25 de Abril de 1974;

c) - pelo desenvolvimento da autocensura e pela tentativa de inaugurar formas de exame prévio dos textos;

d) - por atentados à liberdade sindical, nomeadamente ao direito de afixar nas Redacções a documentação enviada aos sócios pelo Sindicato dos Jornalistas;

e) - pela politização dos lugares de coordenação no Telemjornal (situação que é comum a Lisboa) e pelo peso crescente dos factores políticos na selecção dos jornalistas.

Enfim... pluralismos!

A JUSTIÇA DO "25 NOVEMBRO" - JOSÉ DIOGO CONDENADO A 16 ANOS DE PRISÃO MAIOR

José Diogo - trabalhador rural alentejano, durante longos anos vítima da exploração desenfreada dos agrários.

José Diogo acusado, já depois do "25 de Abril", pela justiça burguesa de homicídio ao seu patrão - o latifundiário e fascista Columbano Monteiro.

Uma intensa mobilização popular se fez então sentir em torno do seu processo sucessivamente arrastado de Beja para Tomar.

Em tribunal popular, com a participação de centenas de pessoas, José Diogo foi absolvido e condenado o seu explorador.

Hoje a "Justiça" de quem está no poder ditou as suas leis - José Diogo, ausente do país, acaba de ser condenado à revelia a 16 anos e 4 meses de prisão maior.

A família do latifundiário que o explorou durante uma vida terá "direito" a 150 contos de indemnização...

FRANCISCO SOUSA TAVARES - UM NEO-COLONIALISMO MAL DISFARÇADO

"Perante o silêncio inexplicável da pátria portuguesa, Angola padece no sangue e na carne o longo martírio do cativo" - assim começava a crónica de Francisco Sousa Tavares nos microfones da RDP.

Em tom ridículamente patético - "Angola é terra de fascismo"... "agonizam presos em campos de concentração ao lado dos quais o Tarrafal era um ameno campo de férias" e armado em novo messias - "é tempo que uma voz se levante"... "tomo sobre mim a dor dos angolanos" - Francisco Sousa Tavares não disfarça a sua ideologia - marcadamente

neo-colonialista.

A sua argumentação é tão reaccionariamente primária que se destrói por si própria. Membro do PS Francisco Sousa Tavares é bem o espelho de muitos "democratas" e "anti-colonialistas" para quem o "25 de Abril" nunca deverá ter passado dum mera modernização do aparelho de Estado fascista e das estruturas capitalistas; para quem o difícil caminho da emancipação popular e da construção do socialismo é sempre visto como o "afundar dum civilização".

Membro do PS, Francisco Sousa Tavares tem horror ao Socialismo.

EDITORIAL

1. A semana que findou foi marcada pelas greves amplamente participadas da Função Pública e dos Professores, que movimentaram centenas de milhares de trabalhadores em todo o país contra a política do facto consumado e a arrogância do governo.

Os Funcionários Públicos, que pela primeira vez em mais de meio século desencadearam uma greve desta extensão, estão em luta por aumentos salariais de há muito justificados e contra o alargamento do leque salarial que o governo pretende impôr através da apresentação de uma tabela separada para as chefias. Para além destes objectivos, a própria realização da greve é, já por si, uma forma de luta contra as intimidações do governo, que visam retirar aos TFP os simples direitos consagrados na actual lei da greve.

Quanto aos Professores, lutam contra uma política que reduz as despesas do Estado com a Educação e leva a despedimentos de milhares de professores, aumento de número de alunos por cada turma e limitação de entradas na Universidade.

As greves dos trabalhadores da Função pública e do Ensino e ainda da Portucel, da Plessey ou da Sociedade Nacional de Sabões testemunham de uma dinâmica em que os interesses dos trabalhadores e as propostas de acção que os expressam se afirmam com a força própria e com os meios próprios do movimento operário.

2. A semana passada viu também a aprovação, pela Assembleia da República, do projecto de decreto-lei sobre empresas em autogestão apresentado pelo PS e apoiado pelo seu parceiro CDS. Este diploma, conjuntamente com um outro que cria o Instituto das Empresas em Autogestão, irão regulamentar o trabalho e a vida de 30 mil trabalhadores, sem que a estes seja reconhecido sequer o direito de estarem representados nos órgãos que se ocuparão do sector e funcionarão junto do governo.

Entretanto, iniciar-se-á a curto prazo a discussão de outros projectos legislativos relativos a trabalho, como é o caso dos projectos sobre "Participação das organizações de Trabalhadores na elaboração da legislação do Trabalho", em que funcionará mais uma vez a parceria PS/CDS para fazer passar a proposta deste último. Conforme foi já denunciado, esta proposta não estabelece qualquer forma de participação dos órgãos dos trabalhadores (como a Constituição explicitamente consagra), mas sim uma simples audição o que permite continuar a via de fachada até hoje seguida. De resto, nenhum dos projectos apresentados no parlamento sobre esta matéria salvaguarda o direito constitucional, conforme aliás foi apontado por organizações como a Federação dos Sindicatos Têxteis.

Estes e outros exemplos anteriores (recordemos o decreto-lei relativo aos direitos das C.T.s. que acabou por ser declarado inconstitucional) demonstram como, no parlamento burguês, não passam as mais claras posições de classe dos trabalhadores, ainda que reünam largo consenso nos seus órgãos e assembleias próprios.

3. A resistência activa dos trabalhadores constrói-se sobretudo nos terrenos fundamentais da luta de classes, nos locais de trabalho, na defesa das condições de trabalho e vida, na luta pela contratação colectiva. É este o ensinamento das greves da passada semana. É este ensinamento que impõe a luta por um reforço do papel das organizações de massa na expressão e defesa dos interesses dos trabalhadores e na aplicação da sua política de resistência.

Mas as novas condições políticas que vão sendo criadas pela formação de governos cada vez mais à direita tornam possíveis e impõem experiências de unidade que ultrapassem o terreno das organizações de massa, para abarcarem o terreno da utilização de posições conquis-

tadas nas próprias instituições democrático-burguesas, a começar pelas autarquias locais. Ainda aqui, entretanto, trata-se de defender as possibilidades de expressão dos interesses próprios dos explorados, através de todos os meios que estes possam utilizar.

A classe dominante, os seus partidos e o seu governo usarão todas as fomas para limitar a liberdade de organização e expressão, seja nova legislação sindical que estimule a divisão, seja inclusivamente uma nova lei eleitoral que dê renovadas garantias aos candidatos burgueses em próximas eleições. São significativas, a este respeito, as afirmações feitas por um dos chefes do grupo parlamentar do PPD, em colóquio recente realizado na SEDES, revelando que o seu partido e outros se irão bater pela revisão da lei eleitoral. Esta revisão irá no sentido do aumento dos círculos eleitorais, dificultando deste modo o acesso dos pequenos partidos ao parlamento.

Aos anos de novo processo eleitoral para a Assembleia da República, esta intervenção anuncia que as forças burguesas não estão ainda satisfeitas com o seu folgado controle do parlamento e vão acutelar as posições que aí detêm. Temem com efeito que o descontentamento popular, agora tão manifesto nas empresas, campos, e serviços, leve amanhã, até ao interior das instituições parlamentares, representantes e porta-vozes dos interesses dos trabalhadores e dos explorados.

É tarefa dos revolucionários prevenir o futuro. É por isso que há que forjar desde já uma unidade ampla que faça a ligação entre a resistência activa nos locais de trabalho e de vida contra a política do patronato e do governo, e a resistência contra a ofensiva legislativa que se prepara. Num e noutro campo, trata-se de consolidar uma unidade que importe seja duradoura para permitir afrontar os combates do presente e preparar os do futuro.



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CC

Teve lugar, em 4 e 5 do corrente, a segunda reunião ordinária do Comité Central, que tomou decisões em matéria de organização e fundos e definiu orientações para a acção do partido no período imediato.

Assim, no plano interno, aponta-se para um reforço do trabalho central do partido, no sentido de uma maior eficácia, e para a dinamização do debate ideológico e político em todas as estruturas, de acordo com as exigências da luta de massas.

No plano externo, aponta-se para a incentivação dos contactos políticos, norteados pela política de unidade aprovada no III Congresso, no sentido de ampliar e diversificar bases unitárias criadas com realizações e processos em que estivemos e estamos empenhados.

CONFRATERNIZAÇÃO EM BEJA

Vai realizar-se no dia 18 de Março, em Beja, uma confraternização promovida pela organização regional do Baixo Alentejo do nosso Partido e aberta a todos os simpatizantes e amigos do MES.

Será feita uma visita a uma cooperativa ao que se seguirá uma sessão de esclarecimento numa aldeia do distrito de Beja, seguido de canto livre.

O 8 DE MARÇO COMEMORADO EM MOSCAVIDE

Comemorando o dia internacional da mulher, o Comité Local de Moscavide levou a efeito dia 10 uma sessão na sua sede na qual foi passada um filme seguido de um vivo debate.

A sessão que teve a presença de cerca de 50 pessoas foi dirigida pelas camaradas: Rogério de Jesus,

SESSÃO EM ARROIOS

Também em Arroios, o Comité Local levou a cabo no dia 9 de Março, uma sessão aberta sobre a questão da mulher.

Depois da passagem de um filme sobre a condição feminina na sociedade capitalista, seguiu-se um debate sobre o mesmo tema e



sobre a linha política do nosso partido para esta importante frente de trabalho.

11 DE MARÇO COMEMORADO EM CASCAIS

O Comité Local de Cascais do MES comemorou o 11 de Março com uma sessão de esclarecimento realizada na Associação de Cultura e Instrução do Cobre na tarde desse dia.

Esta sessão, que contou com a presença da camarada Nuno Teotónio Pereira, do Comité Central, decorreu de forma bastante animada com a participação activa de muitos dos presentes.

No final, a direcção da Associação de Cultura e Instrução do Cobre entregou ao camarada Nuno Teotónio Pereira uma mensagem na qual saúda o nosso partido.

O MES EM CONGRESSOS DE PARTIDOS AMIGOS

Através de elementos do CC e do Departamento de Relações Internacionais o MES estará presente em Congressos do Movimento Comunista e da Organização de Esquerda Comunista de Espanha, bem como do Partido da Democracia Proletária, de Itália, que se realizarão dentro de algumas semanas. Recorde-

-se que estas organizações amigas enviaram representantes ou mensagens à sessão de encerramento do III Congresso do nosso partido, que teve lugar no mês passado em Lisboa.

SAIU O Nº 17 DO LUTA CONTINUA

Começou a ser distribuído no Alto Alentejo o nº 17 da folha do nosso partido para esta região - A LUTA CONTINUA - importante

instrumento de agitação regional.

Ligando a luta dos campos às das cidades, este número divide-se pelos seguintes artigos:

- Julgar o fascismo (THCD)
- Em frente com o CCTV dos metalúrgicos;
- Pela equivalência ao bacharelato do magistério;
- Trabalhadores rurais em luta pelo contrato colectivo;
- Pequenos agricultores, classe espeznhada;

✂ ASSINATURA

Poder Popular

Jornal Quinzenal
Sai as 5.ªs feiras
Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Administração - Redacção
Av. D. Carlos I, 132, Lisboa
Telefone 66 26 29
Impressão
Renascença Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00 12 meses 130\$00
apoio 250\$00
estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____
Morada _____
 ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

COMO CONSTRUIR A UNIDADE POPULAR (I)

O golpe reaccionário do "25 de Novembro" abriu uma nova fase da luta de classes no nosso país. Caracterizada por uma ofensiva, em todos os domínios, da burguesia e do imperialismo — das fábricas às escolas, dos campos aos escritórios, da informação aos quartéis.

A ofensiva burguesa tem-se desenvolvido através da avançada legislativa contra as conquistas populares conjugada a par e passo com a restrição das liberdades políticas e sindicais, com o reacender da repressão, arbitrariedade do patronato e com o avançar do autoritarismo burgues.

A política burguesa de recuperação capitalista do actual governo PS/CDS, patrocinada pelo imperialismo, traz assim, no seu ventre, o germen dum regime autoritário e repressivo que o nosso partido vem definindo como de democracia burguesa limitada.

O "25 de Novembro" iniciou assim também uma nova fase para as forças do campo popular. Hoje mais do que nunca a unidade é necessária!

A unidade "anda de boca em boca...". Todas as organizações que se reclamam da esquerda inserem-na no seu program. e na sua propaganda.

O PCP continua a falar da unidade entre "comunistas e socialistas" acabando por, muitas vezes, privilegiar a conciliação e a pactuação ao nível das cúpulas partidárias e sindicais "esquecendo" a urgente unidade dos trabalhadores na base dum verdadeiro programa de luta contra a política anti-popular do governo.

O PRP, tentando captar exactamente este anseio de unidade por parte de largos sectores não-partidários, lança-se na construção duma organização pseudo-unitária com base num programa desfazado da actual fase de luta política.

A UDP/PCP(r) ao mesmo tempo que apela à "unidade das forças de esquerda", mantém em alguns terrenos uma prática sectária e de divisão do campo popular.

Como superar esta situação? Como ultrapassar a divisão da esquerda? Como chamar de novo à luta muitos camaradas, hoje desanimados, que estiveram na primeira linha de combate pelo poder popular e pelo socialismo? Não basta ficarmos pela análise crítica das experiências anteriores e das actuais propostas incorrectas e viciadas — há que construir um programa alternativo!

Como construir a unidade popular? O MES, à luz duma riquíssima experiência de unidade que remonta ao período fascista, ao MDP, à FUR e, mais recentemente à campanha de Otel e ao nascimento e fracasso do MUP, definiu uma linha política clara no seu III Congresso.

A nossa linha política é um guia para a acção dos comunistas e revolucionários. Por isso queremos confrontá-la com a nossa prática militante na direcção do alargamento do combate popular e põ-la em debate com camaradas que conosco têm trabalhado, aos mais diversos níveis, na construção da unidade popular.

É assim que a par da divulgação do nosso programa aprovado em Congresso, abrimos, a partir deste número, as colunas do "Poder Popular" a esses camaradas. Iniciamos estes depoimentos com o camarada Luís Moita.

A luta para erguer a Resistência Popular Activa a ofensiva burguesa deve apoiar-se no esforço permanente de unidade, organização e luta. Estes devem ser os três suportes fundamentais da acção política de massas necessária ao desenvolvimento da nossa táctica.

Unidade, organização e luta dum bloco social revolucionário, que se solidifica e amplia com as tarefas da Resistência, unindo em torno do proletariado revolucionário, o camponês pobre, os trabalhadores proletarizados dos "serviços" e às outras camadas do semi-proletariado urbano, e os sectores da pequena-burguesia radicalizados por efeito da crise capitalista.

correspondem aos seus interesses e necessidades.

Unidade, organização e luta dos revolucionários, que, na crescente conquista da direcção do movimento popular no combate de classe à burguesia e ao imperialismo, e na luta política e ideológica contra o reformismo, o revisionismo e o esquerdismo traduzida numa crescente implantação no seio das massas trabalhadoras, forjam o Partido de classe necessário à revolução.

O objectivo central da plataforma de luta da resistência popular activa é a conquista da correlação de forças capazes de tornar viável o regime autoritário e repressivo de total submissão ao imperialismo derrotando a ofensiva bur-

25 anos se passaram sobre a morte de Estaline.

Enquanto as organizações ditas "m-l" levam a efeito as suas comemorações é a própria Assembleia da República alvo de debate.

Qual é a posição do MES, qual é a posição dos comunistas e revolucionários?

A grande maioria das críticas feitas a Estaline — não só pelos pensadores liberais como pelos ideólogos oficiais do revisionismo — são críticas de direita. Face a essa ofensiva são possíveis duas atitudes:

— a primeira consiste em defender palmo a palmo o papel histórico de Estaline, minimizar os seus "erros" e exaltar os seus "méritos". É a atitude adoptada pelos chamados "m-l", nomeadamente o PCP(r).

— a segunda — a que sempre defendemos — consiste em fazer a Estaline uma crítica de esquerda, a partir da experiência histórica do movimento revolucionário mundial.

O período estalinista na URSS durou 30 anos; Estaline morreu em 1953, três anos depois do XX Congresso do PCUS, sete anos depois o PC chinês denuncia já o processo de restauração do capitalismo na URSS. A não ser que acreditemos que esta restauração caiu do céu, somos obrigados a interrogarmo-nos sobre as relações que existem entre a obra histórica de Estaline e o triunfo do revisionismo na URSS e perguntarmo-nos como é que aquela preparou este desfecho.

Neste artigo seguiremos de perto a publicação "SLEMES" — "As origens do revisionismo sobre a questão de Estaline".

COMEMORAÇÕES

11 DE MARÇO

Realizou-se no sábado passado na Voz do Operário o Comício comemorativo do 11 de Março.

Com a presença de milhares de anti-fascistas o comício decorreu num ambiente de unidade e luta em que as principais palavras de ordem foram: Não ao Governo de Direita; CDS fora do Governo; Contra o Fascismo, Unidade Popular.

Viam-se na assistência muitos dos mais importantes militares de Abril e democratas conhecidos.

Na mesa, presidida por Catalina Pestana, encontravam-se Luis Moita, Agostinho Roseta, José Esperito, Jorge Fagundes, José Luis Ganhão e Rui Gomes.

Começou por intervir o camarada Agostinho Roseta da "Comissão de Unidade de Ex-militares contra o Fascismo".

Depois de recordar o 11 de Março e o seu significado deste camarada denunciou o estado actual de separação entre as Forças Armadas e o Povo. Referiu-se também ao julgamento do capitão Andrade da Silva afirmando nomeadamente: "É para nós bem claro que não é Andrade e Silva que está a ser julgado. Quem está no banco dos réus é o



A LINHA IDEOLÓGICA DE ESTALINE

Estaline apresenta-se como marxista, e é através da obra teórica de Estaline que duas gerações de militantes do movimento comunista internacional fizeram a sua aprendizagem do marxismo.

Ora, o marxismo de Estaline esta marcado e deformado pela ideologia burguesa em dois pontos principais: a concepção do papel do desenvolvimento das forças produtivas na evolução histórica, e a concepção do partido e das suas relações com as massas.

O economicismo estalinista pode ser assim configurado:

1) Estaline reduz, em primeiro lugar, as relações de produção às relações jurídicas de propriedade. Para ele, a questão decisiva, quando se trata de julgar a natureza de classe de um regime social, é saber quem é juridicamente proprietário dos meios de produção e de troca. Por isso, em 1936, constatando que a propriedade privada dos meios de produção já não existia na URSS deduziu que o socialismo estava realizado e que já não havia classes antagonicas.

A ideia que, para além da superestrutura jurídica, é preciso perguntarmo-nos quem dispõe efectivamente dos meios de produção, quem decide, de facto, a sua utilização e da afectação do produto, esta ideia é absolutamente estranha a Estaline.

Por outro lado, Estaline exclui das relações de produção um certo número

de aspectos que, contudo, são sua parte integrante: a divisão do trabalho, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, a organização do trabalho. Estes aspectos são considerados por ele como aspectos puramente técnicos e alinhados ao lado das forças produtivas.

2) Por sua vez as forças produtivas são consideradas como socialmente neutras ou indiferentes: podem servir tão bem o capitalismo como o socialismo.

É evidente que estas teses implicam consequências muito importantes no que diz respeito à concepção de Estaline sobre a construção do socialismo. — A questão central da edificação socialista é a do desenvolvimento das forças produtivas; daí a palavra de ordem: "Alcançar e ultrapassar os Estados Unidos em dez anos"; alcançar e ultrapassar, e não enveredar por outra via...

Por outro lado, para Estaline há um fosso profundo entre o Partido, detentor da ciência marxista-leninista, e as massas que são cegas e ludibriadas pela influência da ideologia burguesa. "Nós, comunistas, escreve ele em 1924, somos pessoas diferentes. Somos talhados numa outra pedra..."

Isto não significa que o Partido possa prescindir das massas. Estaline sabe bem que sem as massas o Partido é impotente. É assim que o Partido tem de se preocupar com os sentimentos, as ideias, o nível de consciência das massas, para definir a sua estratégia, e, por conseguinte, escutá-las — do mesmo modo que um bom chefe se preocupa com a moral da sua tropa a escuta as suas reclamações.

Mas isto significa que a elaboração da linha política é da competência exclusiva do Partido. Qualquer intervenção directa das massas nesta elaboração está excluída à partida: só poderia implicar erros e desvios.

O ESTILO DE DIRECÇÃO

Este duplo desvio está na base da maior parte dos "erros" de Estaline:

— Desprezo pela linha de massa e prioridade acordada aos métodos administrativos e policiaes na construção do socialismo.

Este desprezo pela linha de massa foi particularmente manifesto em duas ocasiões:

A colectivização agrícola de 1929, quando a coerção foi maciçamente utilizada, não só para "liquidar" os Koulaks, mas para obrigar o conjunto dos camponeses a entrar nos Kolkhozes.

As purgas dos anos 1930, quando o conjunto das diferentes oposições à política de Estaline — oposições políticas, trokistas ou bukarinistas, mas também oposição de base entre os operários, camponeses e intelectuais — foram esmagadas com prisões, execuções e deportações.

— Confusão entre as tradições no seio do povo e os seus inimigos.

A NATUREZA DE CLASSE DO ESTADO SOVIÉTICO DURANTE O PERÍODO ESTALINISTA

Muitos camaradas colocam a questão: "Até quando durou a ditadura do proletariado na URSS? A partir de que data e que cedeu o lugar à restauração do capitalismo?"



18 DE MARÇO DE 1871 COMUNA DE PARIS



A experiência da comuna de 1871 e uma das experiências fundamentais do movimento operário internacional. O 18 de Março de 1871, dia da insurreição operária em Paris, que abriu as portas a uma luta de setenta e dois dias, durante os quais a classe operária parisiense mostrou que o socialismo não se constrói sem a violência revolucionária e a destruição da máquina de Estado burguesa, ficará para sempre como uma das datas gloriosas da luta pelo socialismo e pelo comunismo.

A experiência da comuna de 1871 mostra também que o marxismo e o socialismo científico não são ideais ou utopias mas a fusão da interpretação científica da realidade concreta com as lutas das massas operárias e populares contra a exploração e a opressão.

A experiência da comuna de 1871 mostra que se o proletariado, e os seus aliados históricos, deve utilizar todos os terrenos de luta e não desprezar os meios tidos por mais atrasados, existem momentos em que a luta tem de assumir características violentas ou mesmo de guerra civil já que essa é a única forma de derrotar o inimigo.

A experiência da comuna de 1871 é assim, sobretudo, uma grande lição para todos os que pretendem fazer da luta pelo socialismo uma luta pacífica e pretendem desvirtuar o carácter ou a necessidade da ditadura revolucionária do proletariado.

Uma, há neste caso, uma maneira idealista e metafísica de analisar a história: procura-se cortá-la às fatias, e colar a cada uma das fatias uma etiqueta clara e sem ambiguidade: "ditadura do proletariado" ou "ditadura da burguesia".

A partir dos anos 1930, a contradição principal na URSS opõe a classe operária e o povo soviético à nova burguesia de Estado. Com avanços e recuos temporários, a tendência dominante é para o desenvolvimento e consolidação desta nova burguesia de Estado, e a política seguida pelo Partido sob a direcção de Estaline serve no conjunto — aqui ainda com contradições e passos à recta — esse desenvolvimento e consolidação.

Mas a tragédia da transição soviética é que a eliminação da antiga burguesia não significou a eliminação das relações de produção capitalistas, nem a vitória do proletariado. Precisamente, dada a política seguida e os seus des-

vios economicistas e vanguardistas, a derrota da antiga burguesia implicou, não o reforço da ditadura do proletariado, mas o aparecimento de uma nova burguesia de Estado no poder.

A partir dos anos 1930, a contradição principal na URSS opõe a classe operária e o povo soviético à nova burguesia de Estado. Com avanços e recuos temporários, a tendência dominante é para o desenvolvimento e consolidação desta nova burguesia de Estado, e a política seguida pelo Partido sob a direcção de Estaline serve no conjunto — aqui ainda com contradições e passos à recta — esse desenvolvimento e consolidação.

Mas a tragédia da transição soviética é que a eliminação da antiga burguesia não significou a eliminação das relações de produção capitalistas, nem a vitória do proletariado. Precisamente, dada a política seguida e os seus des-



DEPOIMENTO DE LUÍS MOITA

Não nos cansamos de repetir: a unidade e a combatividade populares são a única resposta sólida ao avanço da direita. A questão não se resolve nem com cedências nem com aventureirismos. Resolve-se através do caminho duro, mas eficaz, da prática política de massas, da mobilização popular e da sua crescente capacidade de unificação e organização.

O objectivo da unidade popular será hoje porventura mais difícil do que já foi, mas é mais necessário do que nunca.

Não é tempo de repetirmos precipitadamente erros do passado, criando estruturas organizativas de cima para baixo, pouco cimentadas no amadurecimento de uma táctica política comum.

Mas também não é tempo de desmobilização, nem de dispersão. É nos momentos duros que se põe à prova a firmeza das nossas convicções.

O momento exige-nos que saibamos avançar, em comum, em todas aquelas frentes de luta onde a unidade, não só é desde já possível, como ainda é urgente construir-la ou consolidá-la.

Neste sentido, a prioridade vai sem dúvida para o fortalecimento do movimento sindical, na luta pela sua unidade, contra a cisão, e pela sua combatividade, contra o Pacto Social.

A defesa da Reforma Agrária, bem como a defesa dos interesses dos camponeses do norte, do centro e das ilhas, é certamente outro campo privilegiado e urgente de trabalho em comum.

A luta anti-fascista e anti-imperialista, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional, representa igualmente um sector fundamental de acções unitárias.

Será nestas e noutras frentes de combate, desde as lutas de moradores até à frente cultural, desde as formas mais avançadas de resistência popular até à preparação de futuras batalhas eleitorais, será em todos estes terrenos concretos que se vai abrir caminho para uma, cada vez mais ampla, unidade popular.

cola da Pide e sub-director de censura à Imprensa foi nomeado sub-director da Polícia Judiciária. Outros professores da Pide como Duarte Soares e Lucas Ferreira regressaram à Magistratura. António Furtados Santos, procurador-ge-

vencer a conciliação e ir para a luta? A terminar afirmaria o camarada Ganhão: "Devemos empenhar todos os esforços para erguer a plataforma de luta de resistência popular contra a política de recuperação capita-

lista e de submissão ao imperialismo do Governo ditreitista PS/CDS".

Em último lugar interveio o camarada Luís Moita. Da sua intervenção ressaltamos: "A recuperação burguesa está longe de ter conseguido quebrar a espinha dorsal do movimento popular. A liberdade e a unidade sindicais, as nacionalizações, a reforma agrária, as principais liberdades democráticas são conquistas fundamentais que, até agora a burguesia ainda não conseguiu pôr em causa.

Este facto tem impedido que na sociedade portuguesa de hoje, seja fácil restituir a lógica do sistema capitalista. Donde resulta uma situação de relativa fragilidade para a classe dominante. Mas justamente para conseguir sobreviver como classe dominante, a burguesia portuguesa fez uma escolha bem clara: defender, vender-se, alienar-se.

O sr. Mário Soares é o oficial às ordens do sr. Willy Brandt. O sr. chefe do Estado Maior General das Forças Armadas é o ajudante do campo dos generais da NATO. O sr. Victor Constâncio é o capataz dos patrões do FMI e do Mercado Comum. A dependência financeira, económica, política, militar, em relação ao imperialismo é a tábuca de salvação da classe dominante".

Realizou-se no sábado passado na Voz do Operário o Comício comemorativo do 11 de Março.

Com a presença de milhares de anti-fascistas o comício decorreu num ambiente de unidade e luta em que as principais palavras de ordem foram: Não ao Governo de Direita; CDS fora do Governo; Contra o Fascismo, Unidade Popular.

Viam-se na assistência muitos dos mais importantes militares de Abril e democratas conhecidos.

Na mesa, presidida por Catalina Pestana, encontravam-se Luis Moita, Agostinho Roseta, José Esperito, Jorge Fagundes, José Luis Ganhão e Rui Gomes.

Começou por intervir o camarada Agostinho Roseta da "Comissão de Unidade de Ex-militares contra o Fascismo".

Depois de recordar o 11 de Março e o seu significado deste camarada denunciou o estado actual de separação entre as Forças Armadas e o Povo. Referiu-se também ao julgamento do capitão Andrade da Silva afirmando nomeadamente: "É para nós bem claro que não é Andrade e Silva que está a ser julgado. Quem está no banco dos réus é o

O ANTI-"ESQUERDISMO" DO PCP

Em todas as oportunidades e utilizando todos os meios, o PCP ataca o que chama os esquerdistas. Nomeando apenas a UDP, inclui obviamente nesta classificação as organizações que se situam à sua esquerda.

A direcção do PCP tem necessidade de lançar esta campanha porque sabe que uma grande parte dos seus militantes não estão a aceitar a sua política de traição à classe operária e de conciliação com a direita. Efectivamente, com o acentuar da ofensiva burguesa, ficam

cada vez mais patentes aos olhos das massas a prática conciliatória do PCP a por conseguinte a natureza reformista e revisionista deste partido.

Porquê apenas a UDP? Há um motivo principal e determinante para o fazer — os erros que a UDP tem praticado ao longo do processo — e um motivo secundário — a maior capacidade desta organização ao nível da propaganda e da agitação.

Verifica-se, com efeito, o cuidado com que o PCP procura provar a verdade das suas afirmações, recorrendo a citações. E se estas citações são em alguns casos deturpadas e colocadas fora do seu contexto, há que reconhecer que muitas delas traduzem com fidelidade o comportamento da UDP em certos momentos do processo político aberto com o 25 de Abril.

Como devem os revolucionários responder a esta campanha? Acima de tudo, e em primeiro lugar, é necessário denunciar e por a claro o

MILHARES DE TRABALHADORES EM LUTA

PROFESSORES E FUNÇÃO PÚBLICA

A recente paralisação geral da Função Pública realizada no passado dia 10 foi, sem sombra de dúvida, uma jornada vitoriosa, não tanto pelos resultados imediatos, mas sobretudo pela mobilização conseguida, pela garantia de que, a continuarem unidos e organizados, os trabalhadores do Estado conseguirão alcançar a satisfação das suas reivindicações.

Num sector sem tradições de luta — desde 1920 que não se registava nenhuma greve no funcionalismo público — e onde os trabalhadores deram mostras de possuir uma fraca consciência de classe, a adesão à paralisação que, em termos médios atingiu os 90 por cento, quase constituiu surpresa para os mais optimistas.

Tendo em conta a tradicional submissão dos trabalhadores da Função Pública face às hierarquias, a falta de informação sobre o evoluir das negociações e perante as ameaçadoras ordens de serviço afixadas em alguns locais de trabalho — prometendo faltas injustificadas para quem aderisse à greve ou, muito simplesmente, manipulando informações para afirmar, em termos peremptórios que "a greve não estava autorizada" (?) — a percentagem de adesões verificada é já uma garantia de que este combate não ficará a meio.

E perante a unidade manifestada pelos trabalhadores, as palavras do ministro da Reforma Administrativa, o CDS Rui Pena, não tiveram o impacto esperado pelo Governo. De facto, quando três centenas de milhares de trabalhadores decidem paralisar para pressionar a aceitação da sua reivindicação e o Governo tudo faz para os des-

mobilizar — incluindo o recurso às ameaças e à mentira descarada — e mesmo assim não consegue os seus intentos, a burguesia dominante já não consegue mais camuflar o seu almejado programa de recuperação capitalista.

Esta luta dos trabalhadores da Função Pública visa fundamentalmente forçar o Governo a aceitar a Proposta Reivindicativa Comum subscrita por 23 Sindicatos do sector. A divergência surgiu a propósito da tabela salarial, não só no que respeita ao montante total, mas também quanto à sua distribuição pelas categorias existentes.

Enquanto o Governo sustenta a necessidade de privilegiar as letras com vencimentos mais elevados, alegando que é necessário "compensar as chefias da isenção de horário", os trabalhadores exigem aumentos salariais mais acentuados para as letras com vencimentos mais baixos. Mas os trabalhadores da

Função Pública têm ainda outros objectivos de luta: pretendem a igualdade aos restantes trabalhadores, através do direito à negociação, com vista a um contrato colectivo, e o repúdio pelo Estatuto Disciplinar Fascista.

PROFESSORES: uma greve distinta

A greve nacional dos professores, também realizada no passado dia 10, visou objectivos distintos de paralisação da Função Pública. Embora a luta dos trabalhadores do Estado diga também respeito aos professores, pois a satisfação das reivindicações inscritas na PRC be-

neficiará o sector docente, as duas greves resultaram de dinâmicas sindicais diversas.

Concretamente, a paralisação dos professores surge como resposta da classe à recusa do MEC em dar início à negociação do caderno reivindicativo

trabalhadores da função pública da adm. central regional e local

10
Gr. NACIONAL
pelas negociações para a realização das novas reivindicações

subscrito pelas direcções sindicais das quatro zonas do País — Norte, Centro, Sul e Grande Lisboa. Pretendem os professores ver resolvidos não só os seus problemas enquanto trabalhadores, mas também as questões que se prendem com o ensino, nomeadamente com as conquistas democráticas nas escolas cada vez mais ameaçadas pela política do MEC.

Por outro lado, este combate dos professores não se iniciou com a recente greve ou com a manifestação que teve lugar junto do MEC: com idênticas for-

mas de luta, os professores já anteriormente pressionaram o ministro Cardia a encetar, ainda que incipientemente, algumas tentativas de negociação do caderno reivindicativo.

Os professores não abandonarão a sua luta e vão continuar a exigir do MEC a reabertura de negociações mesmo que tenham de recorrer a medidas mais duras de pressão. Não serão os agentes da P.S.P. que andaram pelas escolas a tentar recolher dados sobre o número de adesões à greve que poderão intimidar a classe.



BANCÁRIOS DO SUL REFORMISTAS SABOTAM A UNIDADE

Fracassou a tentativa de apresentar uma candidatura unitária de esquerda às eleições do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas, marcadas para o próximo dia 1 de Abril. Depois de vários contactos entre as forças empenhadas em erguer uma alternativa capaz de dirigir o Sindicato dos Bancários, na defesa dos interesses dos trabalhadores, contra o Pacto Social e a Cisão Sindical, os reformistas acabaram por sabotar todo o trabalho unitário, ao

exigirem a sua hegemonia na lista.

Já em 16 de Fevereiro, quando da divulgação de um "Manifesto" aos bancários, subscrito por conhecidos activistas sindicais do sector, no qual se anunciava a dinamização da candidatura unitária de esquerda, tinha ficado claramente expresso que nenhuma das correntes componentes do 'leque de apoio à lista teria a sua hegemonia.

No entanto, mostrando possuir um conceito de "unidade" bastante res-

trito, e muito próprio, os reformistas exigiram a inclusão de sete elementos, afectos à sua linha, na lista para a direcção. Deste modo e tendo presentes os Estatutos dos bancários, que prevêem a possibilidade de funcionamento da direcção com metade dos seus efectivos (sete elementos portanto), os reformistas jogaram efectivamente no afastamento dos restantes elementos, caso aqueles não viessem a dar cobertura à sua acção.

Perante esta manobra,

as restantes forças, verdadeiramente empenhadas na constituição de uma lista unitária, recusaram tal exigência, pois aceitá-la significaria hipotecar os interesses dos trabalhadores a jogos partidários.

Os sindicalistas agrupados na lista C, de que os revolucionários são uma componente fundamental, sabem que a unidade, tão sentida pelos trabalhadores e tão importante neste momento para conseguir fazer face à política de direita do governo PS/CDS, constrói-se através de uma efectiva democraticidade das estruturas sindicais, de mais ampla participação de todos os trabalhadores a todos os níveis da vida sindical.



TRABALHADORES EM LUTA!

Manifestação de apoio à greve dos Sabões

Convocada pelo plenário de comissões de trabalhadores da sétima zona, decorreu na passada sexta-feira uma manifestação/concentração, em Marvila de apoio à luta dos trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões que se encontram em greve desde 23 de Janeiro. Embora sem resultados práticos imediatos, esta iniciativa foi importante para o prosseguir da luta dos trabalhadores da SNS, pois contribuiu para evitar o seu isolamento.

A não generalização das lutas operárias tem aliás conduzido muitas greves a becos sem saída, levando os trabalhadores a refugiarem-se em posições mais recuadas do que as assumidas no início da luta. No caso concreto da SNS, os trabalhadores já admitiram aceitar o horário imposto pela administração — superior às 40 horas semanais que foram praticadas durante dois anos — se aquela assumisse o compromisso de não proceder a despedimentos e efectuasse o pagamento das horas em dívida.

No entanto, o patronato não aceitou esta proposta

e logo de seguida despediu 34 operários da Vitameal, uma das empresas do grupo. Contra esta provocação da entidade patronal os trabalhadores dos sabões não podem abandonar a luta, pelo que o apoio das camaradas das outras empresas se torna tão necessário como decisivo para o processo em curso.

PARALIZAÇÕES PARCIAIS NA PLESSEY

Estão em curso paralizações parciais na Plessey, onde os trabalhadores exigem o início de negociações com a administração com vista à atribuição de aumentos gerais. Como sempre, os patrões dizem que não podem negociar porque não têm dinheiro para aumentos. Mas quem acredita nestas "sentidas" declarações se ainda não há muito tempo foram concedidos aumentos a todos os técnicos da empresa?

De resto, os trabalhadores da Plessey já têm uma dura experiência de luta e sabem perfeitamente o que significam os aumentos de salários apenas para alguns: ao mesmo tempo que fomenta a divisão entre os trabalhadores, a administração está também a reforçar a sua posição, comprando mais laçaios.

GREVES NA INDÚSTRIA HOTELEIRA

Trabalhadores de diversas empresas do sector de hotelaria encontram-se actualmente em greve, exigindo o pagamento de salários em atraso. No hotel Quarteira-Sol, por exemplo, os trabalhadores iniciaram as paralizações no dia 6 e estão dispostos a manter a sua luta enquanto não for satisfeito o pagamento dos salários correspondentes aos últimos cinco meses.

Por outro lado, no hotel Atlântico-Monte Estoril, a greve poderá ser a forma de luta a adoptar pelos trabalhadores se, até ao dia 17 de Março, a administra-

ção não der solução ao problema dos atrasos no pagamento de salários. Nesta empresa os trabalhadores não recebem desde Dezembro do ano passado sem que isso tenha a ver com as dificuldades financeiras da empresa, uma vez que o hotel tem laborado normalmente e registou mesmo receitas "record" em 1976. Para além desta questão, os trabalhadores pretendem ainda saber o que é feito dos descontos para a Previdência que, tendo sido subtraídos aos seus salários, estão em falta naquele organismo.

TRABALHADORES EM PORTUCEL REIVINDICAM NOVO A.C.T.V.

Os trabalhadores da Portucel efectuaram, recentemente, uma paralisação de um dia que contou com grande número de adesões. O objectivo desta greve era pressionar o conselho de gerência daquela empresa de celulose a negociar os enquadramentos profissionais e tabelas salariais do novo acordo colectivo vertical (ACTV).

As negociações do ACTV arrastam-se já há 7 meses e o impasse está sobretudo relacionado com a intransigência do conselho de gerência no que respeita ao cumprimento do despacho 400/77 que proíbe o aumento dos encargos globais com o acordo. Este diploma, subscrito pelos Ministérios do Plano, trabalho e indústria e tecnologia, constitui uma verdadeira afronta aos trabalhadores uma vez que condiciona a possibilidade de atribuição de aumentos salariais à perda de certas regalias conquistadas.

Mas, os trabalhadores da Portucel não recuam nas suas conquistas e também não abdicam de uma tabela salarial que, no mínimo, lhes reponha o poder de compra que possuíam em 1974, altura em que muitos foram aumentados pela última vez.

FRANÇA - MAIORIA VOTOU MUDANÇA

As eleições que neste momento se desenrolam em França polarizam as atenções da opinião pública mundial e podem ter uma importância decisiva na evolução política da Europa.

De facto, por muito reformistas e conciliatórias que sejam as concepções dos vários componentes da "esquerda unida", não duvidamos que a sua vitória abriria um largo campo de manobra à luta pelo socialismo em França e teria muito importantes repercussões ao nível internacional.

MAIS DE 50% DOS FRANCESES VOTARAM ESQUERDA

A primeira volta permitiu desde já tirar conclusões.

A primeira e fundamental é a de que mais de metade dos eleitores franceses estão fartos do actual regime conservador e votaram esquerda, exprimindo o seu desejo de mudança

no sentido de uma sociedade mais justa e igualitária.

A esquerda, mesmo não unida, conseguiu ultrapassar os 50% de sufrágios e apresenta-se com novo fôlego para a segunda volta visto que PC, PS eradicais de Esquerda assinaram já uma plataforma que põe de pé o Programa Comum de 72 com as actualizações já acordadas, bem como estabelece o princípio das desistências mútuas a favor do candidato de esquerda mais bem classificado.

Deste modo a esquerda responde a uma das dúvidas que mais preocupavam os seus potenciais eleitores. E conseguiu-o após vários meses de ruptura e uma campanha eleitoral em que os ataques mútuos foram frequentes e por vezes violentos.

No entanto é ainda cedo para cantar vitória. O sistema eleitoral francês prejudica muitíssimo a esquerda, de modo que 50% de sufrágios na segunda volta estão longe de significar 50% de candidatos eleitos.

Nesta primeira volta o PS afirmou-se como o partido mais votado embora tenha ficado bastante aquém das previsões que apregoara. Por seu turno, o PC manteve intactos os seus 21%, o que coincide com as previsões mais optimistas.

Do lado da direita, é a apreensão mal disfarçada. O discurso grave do presidente da República (já depois de encerrada a campanha), em que "avisava" os franceses da mudança de maioria, não chegou para assustar. E a luta entre Gaullistas e Giscardianos vai por certo ser interrompida e substituída para a segunda volta pela paz e concórdia mais absolutas, de modo a que toda a direita surja unida para fazer face à "ameaça esquerdista" que — segundo eles — representaria o caos e a crise.

SIGNIFICATIVO AVANÇO DOS REVOLUCIONÁRIOS

Finalmente há que salientar a vitória relativa

obtida pelas formações políticas situadas à esquerda do PC. A percentagem obtida, cerca de 3,3%, após uma campanha em que o PC fez histéricos ataques aos "esquerdistas" e insistentes apelos ao voto útil" mostra o desencanto crescente relativamente aos partidos reformistas e a descrença na sua capacidade de levarem a cabo uma transformação significativa da sociedade.

Sectores cada vez mais amplos das massas trabalhadoras vão compreendendo que pela via das reformas nunca se chegará à destruição do capitalismo. Por isso votam nos revolucionários. Este é sem dúvida um dos aspectos mais importantes desta primeira volta das eleições em França.

Nota da Redacção

Por manifesta falta de espaço, não foi possível continuar neste número a divulgação do texto sobre "Dependência económica" iniciada no numero anterior, o que será feito no próximo número, dado o seu interesse e importância.



ESPAÑA : PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Tal como no último número havíamos denunciado, em Espanha foram presos há cerca de 20 dias dirigentes de quatro organizações políticas do Estado espanhol entre as quais o Movimento Comunista e a Organização de Izquierdas Comunista, organizações revolucionárias com quem o MES trava as mais fratermas relações de camaradagem.

Ainda que neste momento estejam já em liberdade provisória, após dez dias de cárcere, Eugenio del Rio (Secretário Geral do MC), Anoní Hernández (do Comité Executivo da OIC), Miguel Romero (do Buró Político da LCR) e Carlos Tuya (do Executivo do PCT) foram presos pelo simples exercício da liberdade de expressão. De facto o único motivo para essa prisão foi o facto de terem escrito um artigo na revista "Saída" intitulado "Viva a República", em que se pronunciavam contra o regime monárquico vigente.

Esta campanha repressiva do poder burguês no Estado espanhol visando a limitação das próprias liberdades democráticas que tem contado, aliás, com a passividade do PCE e do PSOE, foi já denunciada no nosso país pelos representantes do MC e da OIC presentes na I Conferência sobre Política Internacional que o MES realizou a 11 e 12 de Fevereiro em Lisboa.

LUTA ESTUDANTIL

IMPORTANTE VITÓRIA DA ESQUERDA NA AMADORA

No maior liceu do país — o liceu da Amadora — saiu vencedora das eleições para a respectiva Associação de Estudantes uma lista de ampla unidade de esquerda (simpatizantes do MES, UDP, UEC, ASJ...).

Com uma participação massiva — 4.500 votantes (em 6.000 possíveis) a lista de esquerda obteve 1781 votos contra 1688 da lista de direita — JC/JSD tendo votações inferiores a 300 as listas da JS, independentes e MIRN.

Numa fase de avanço da ideologia dereitista sobre a juventude liceal esta vitória reveste-se de uma enorme importância política.

UNIDADE E LUTA PELA VITÓRIA DA ESQUERDA NAS ELEIÇÕES PARA AS AAEE

O Secretariado Estudantil da organização regional de Lisboa (SEORL) do MES saudava a vitória das listas democráticas e progressistas na esmagadora maioria das eleições para os órgãos de gestão das escolas do ensino superior de Lisboa.

Estes resultados só possíveis pela política de unidade das forças progressistas e pela acção dos revolucionários representam uma importante vitória sobre a direita que pela mão de Cardia aspirava à direcção do processo de reestruturação das escolas.

O SEORL do MES retirando das últimas eleições conclusões práticas reafirma a necessidade fundamental de adoptar uma política de unidade ampla nas escolas onde a direita domina, nomeadamente Direito e Agronomia, e de afirmação das posições revolucionárias, únicas alternativas para bater a direita e reforçar o movimento estudantil progressista.

O SEORL do MES reafirma a importância da fase que vivemos nas escolas, das eleições e do trabalho associativo e estudantil que se colocam como momentos decisivos para novos impulsos no erguer da Resistência Popular Activa nas escolas e na transformação da prática estudantil ligando-a estreitamente ao quotidiano da escola e do estudante e a defesa e consolidação das conquistas estudantis.

AGRONOMIA — A DIREITA PERDE A ASSOCIAÇÃO

Dias depois da saída do comunicado do SEORL (que parcialmente transcrevemos) e a confirmar a justiça da análise e propostas aí desenvolvidas, Agronomia foi palco duma primeira grande derrota da direita nas eleições associativas deste ano.

Escola dominada por uma direcção associativa dereitista, conseguiu-se aí derrotar o sectarismo e impôr uma lista de ampla unidade de esquerda (MES, UDP, UEC e sectores independentes). Que sirva de lição! — a direita pode ser batida nas escolas!

ESCRITÓRIOS DE AVEIRO UNIDADE AMEAÇADA

A semelhança do que aconteceu nos Bancários do Sul e Ilhas, também nos Escritórios de Aveiro os reformistas sabotam a unidade.

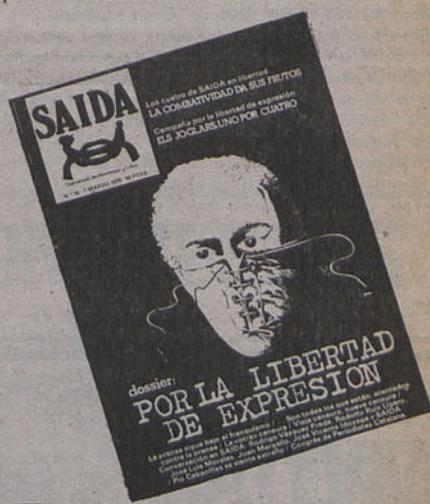
Marcadas para o dia 22 de Abril, as eleições neste Sindicato são particularmente importantes, já que os seus actuais corpos gerentes afectos ao PS, são ferrenhos partidários da "Carta Aberta"

Para os defensores consequentes da unidade sindical, para os revolucionários, tratava-se de unir as mais largas camadas de trabalhadores em torno de um programa, que combatesse não só a cisão sindical como também a submissão ao Pacto Social de miséria. O objectivo era também a apresentação de uma lista que fosse o garante do cumprimento desse programa.

E foi nesta perspectiva que os revolucionários conduziram a sua acção, tendo

chegado a uma base de trabalho, abarcando um conjunto alargado de forças políticas. Mas quando se tratou de traduzir essa base programática numa lista que a levasse à prática, os reformistas opuseram-se a que nela figurassem os representantes de todas as correntes sindicais que haviam participado na sua elaboração.

Perante esta atitude, o nosso partido recusou dar cobertura a listas pseudo-unitárias. O MES apoia criticamente o programa que serve de base à candidatura reformista porque ele resultou de uma ampla discussão e confrontação de ideias entre as forças inicialmente empenhadas no processo unitário. No entanto, o MES não participa em listas onde se põe o sectarismo e os interesses partidários, à frente dos interesses dos trabalhadores, mas reafirma o seu propósito de lutar pela unidade da classe.



A prisão daqueles dirigentes motivou uma onda de solidariedade por toda a Espanha nos diferentes meios culturais, políticos e de informação. Cantores populares (Elisa Sema, por exemplo), a quase totalidade das revistas de informação ("Triunfo", "Cadenos", entre outras), intelectuais como Fernando Claudín, a totalidade dos partidos de esquerda e das centrais sindicais e outros organismos de trabalhadores de todas as nacionalidades do Estado espanhol, sublinharam o seu apoio e solidariedade para com esta luta pelas liberdades de expressão e informação, que viria a culminar num enorme comício em Madrid sob o tema "Por la libertad de expresión", ainda antes de se verificar a libertação dos referidos dirigentes presos.

Aliás — como afirmam o MC e a OIC em editorial conjunto dos seus órgãos de informação ("Servir al Pueblo" e "La voz de los trabajadores", respectivamente) — "de tudo isto resulta que o governo admite a legalização dos nossos partidos mas trata posteriormente de impedir-nos a difusão das nossas ideias..."

O MES, por intermédio do seu Comité Central, reunido em 4 e 5 de Março, enviou àquelas organizações amigas — o MC e a OIC — uma mensagem na qual, saudando estas organizações, se congratula com a libertação, embora a título precário, dos camaradas Eugenio del Rio e Hernandez Arana,

A CAP ESTÁ NO GOVERNO:

A REFORMA AGRÁRIA CORRE PERIGO!

A coligação de direita PS/CDS faz pairar sobre as terras do Alentejo, sobre as UCP's e Cooperativas, a ameaça da aplicação violenta da reaccionária lei Barreto.

Lançar uma forte campanha de mobilização junto dos assalariados rurais e trabalhadores do Alentejo, unir as forças ao nível da base e ao nível político em defesa da Reforma Agrária e da melhoria das condições de vida nos campos e uma tarefa que se coloca aos revolucionários.

É no seio desta campanha para erguer a Resistência Popular nos campos que foi distribuído, no distrito de Beja, o comunicado da responsabilidade da DORBA do MES e da Comissão Distrital de Beja da UDP do qual reproduzimos extratos.

Hoje são os reaccionários da CAP que estão no Governo por intermédio do EDS, partido dos grandes agrários e intermediários, dos grandes monopólios, partido que votou contra a Lei Barreto por achar que não era suficientemente reaccionária.

Perante a ameaça dos ataques do Governo da direita a tarefa que se põe a todos os trabalhadores, a todos os anti-fascistas, a todos os democratas, é reforçar a sua unidade e a sua luta pela defesa da maior conquista de Abril: A Reforma Agrária.

Para erguermos esta luta há que exigir que o governo termine com os cortes de créditos às UCP's e Cooperativas, acabando com as indemnizações aos latifundiários, nomeadamente os 8.500\$00 que recebem sem nada fazerem.

raís sem 13º mês, sem subsídio de férias, é um salário de miséria.

As direcções dos Sindicatos Agrícolas de Beja, Évora e Portalegre apresentaram ao Governo uma proposta de Portaria reivindicando um salário de 6.000\$00 que com os descontos dará um aumento de cerca de 500\$00, dando ao Governo o prazo de meados de Fevereiro para fazer publicar a Portaria.

O MES e a UDP afirmando que este aumento de nenhuma forma vem compensar o aumento do custo de

ENCONTRO DO MES SOBRE O CAMPESINATO

Realiza-se no próximo dia 2 de Abril, domingo, no Porto, um "Encontro sobre a situação do campesinato", no qual participarão militantes e simpatizantes do MES que hajam desenvolvido algum trabalho político junto do campesinato ou dos assalariados rurais no norte e centro do país.

A iniciativa da realização deste Encontro constitui uma importante meta no desenvolvimento do plano de trabalho do DIC para 1978 e visa, no essencial, contribuir para uma compreensão clara dos principais problemas que afectam aqueles sectores sociais e, desta forma, para dotar o partido de uma correcta orientação política para esta frente de luta.

Neste sentido, o Encontro tem vindo a ser intensivamente preparado por uma Comissão Organizadora composta por camaradas do DIC, da ORBL e da ORP, tendo já delineado as linhas principais que norteiam o debate político.

tas, tem que assentar na unidade dos trabalhadores dentro das UCP's e Cooperativas para o que é necessário que estas funcionem democraticamente, não permitindo que um ou dois indivíduos actuem como se fossem os donos da UCP ou da Cooperativa. As UCP's e Cooperativas são de todos os trabalhadores que nelas trabalham, a eles e a mais ninguém cabe decidir sobre a sua vida.

A vitória dos trabalhadores dos campos do Sul de Portugal tem de assentar, também, na unidade dos assalariados rurais com os pequenos e médios agricultores.

A vitória da Reforma Agrária, como conquista de todos os trabalhadores portugueses, assenta na unidade dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo com os camponeses do Norte e

Centro do país, assenta na unidade com os operários e trabalhadores das cidades de todo Portugal, lutando pelo intercâmbio de experiências e de produtos, lutando pela solidariedade na defesa das conquistas de Abril.

A vitória dos trabalhadores agrícolas assenta na firmeza da sua luta, opondo-se às falinhas mansas daqueles que dizem que é possível uma aplicação razoável da lei Barreto, que os fascistas da GNR são filhos do povo, etc., tentando desmobilizar os trabalhadores da luta pela defesa da Reforma Agrária.

Unidos e na luta pela defesa da maior conquista de Abril saberemos fazer recuar a direita que hoje se encontra no Governo, impondo a revogação da lei Barreto e fazendo avançar a Reforma Agrária.



Há que exigir do Governo medidas que acabem com o desemprego que hoje volta a existir no Alentejo e Ribatejo, nomeadamente a expropriação dos 700 mil hectares de terras ainda nas mãos dos grandes agrários.

Camaradas: A defesa da Reforma Agrária tem de ser feita juntamente com a melhoria das condições dos que produzem o Pão. O salário de 5.400\$00, com descontos 4.995\$00, que hoje recebem os assalariados ru-

vida, exigem no entanto que o Governo aprove os aumentos de salários apresentados pelas direcções dos Sindicatos, incluindo o 13º mês e o subsídio de férias, como forma de amadurecer os trabalhadores agrícolas poderem apresentar um novo caderno reivindicativo que de facto se oponha à miséria nos campos.

A vitória dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos tem de assentar numa forte unidade de todos os antifascistas e democra-

TRABALHADORES RURAIS EM LUTA PELO CCT

Os trabalhadores rurais estão em luta pela melhoria das suas condições de vida.

Os trabalhadores agrícolas da região sul do país exigem a saída de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho que actualize os seus ordenados mínimos, em vigor desde 1975 e melhore as condições de trabalho e as garantias dos trabalhadores rurais. Assim, os trabalhadores reivindicam salários mínimos que oscilam entre os 6.000\$00 e os 6.500\$00, para os homens e 4.500\$00 e 5.000\$00 para as mulheres e trinta dias de férias, além de outras regalias.

Essa luta dos assalariados rurais já vem de longe e tem defrontado com o boicote sistemático do Governo, que se tem mostrado muito mais interessado em cumprir as ordens da CAP do que em satisfazer os justos anseios de quem dá o seu suor à terra para que o pão não nos falte.

O MES está inteiramente solidário com os camaradas trabalhadores rurais e exorta-os a lutarem firmemente e unidos como os dedos das mãos para que não voltem a ser espezinhados pelos agrários fascistas.

(de "A LUTA CONTINUA" - 17 - folha do MES para o Alto Alentejo)

SITUAÇÃO MILITAR

Souto Cruz e a sua equipa - que na Marinha encarnam o 25 de Novembro - sofreram nestes últimos dias dois desaires importantes como aliás tem sido noticiado na imprensa diária.

De facto nas recentes eleições para a direcção do Clube Militar Naval os homens de Souto Cruz empenharam-se a fundo e apresentaram uma lista encabeçada por Silva Horta actual vice-CEMA (Chefe do Estado Maior da Armada). Apesar de nela terem votado oficiais fascistas sanados logo após o 25 de Abril - como o Tenreiro de triste memória - essa lista foi derrotada.

Passados dias o Supremo Tribunal Militar punha

em causa a decisão de Souto Cruz de passar compulsivamente à reserva o almirante Rosa Coutinho ao declarar que as acusações em que se baseou tal decisão estavam abrangidas por amnistia.

Estes dois acontecimentos vieram agravar substancialmente as dificuldades que a hierarquia reaccionária tem sentido na Marinha, onde, apesar de atropelos de toda a ordem a nível de promoções, colocações de pessoal etc., o espírito do 25 de Abril se mantém vivo em muitos militares, o que inquieta vivamente a direita.

Um semanário de direita expressa esta inquietação de forma significativa ao apelar para que Ramalho

SOUTO CRUZ SAI OU NÃO?

Eanes intervenha directamente no caso como "vencedor do 25 de Novembro" e reduza enérgica e rapidamente os homens do 25 de Abril - neste caso Rosa Coutinho - à sua condição de "vencidos". Para proteger Souto Cruz e o que ele representa na Marinha, a direita não hesita como se vê em abrir o jogo desta maneira descarada.

Souto Cruz já era um oficial sem particular prestígio ou relevo na Armada. Como carta de apresentação dispunha do apoio dos sectores mais reaccionários dos oficiais superiores e da confiança da NATO.

Hoje porém a sua cotacção está mais baixa do que nunca devido aos sucessivos fracassos que as suas

manobras têm conhecido.

Recentemente mandou também instaurar dois processos crime ao jornal "Página Um" por alegadas difamações:

Num dos casos tratava-se da reprodução de uma página de um livro da AEP-PA onde se referia a colaboração estreita de Souto Cruz com a PIDE; no outro tratava-se de denunciar várias actividades do CEMA em artigo intitulado "Quem negocia em armamento" e nomeadamente a ligação das suas empresas Aviber e Ondex multinacionais como a ITT e a Lockheed. Aquelas duas serviriam de "caixa de correio para fornecimento das informações obtidas por Souto Cruz na Defesa Nacional às multi-

nacionais e ainda para capa para estas concorrerem com um nome português aos concursos públicos, cobrando Souto Cruz e os seus sócios, através delas, as respectivas comissões".

Por tudo isto Souto Cruz aparece como figura "queimada" e a substituir rápida e discretamente por outro militar com uma fachada mais "limpa" e que dê à direita militar garantias de continuar com eficácia a obra de "despolitização" da Armada empreendida a partir de 25 de Novembro. Para isto tem já a direita vários candidatos.

O caso de Rosa Coutinho seria um bom pretexto para a demissão de Souto Cruz. É contudo provável que o CEMGA, Ramalho Eanes, não o aproveite já para não dar sinal de fraqueza e que opte por o manter no seu posto, expressan-

do a sua solidariedade a um companheiro do 25 de Novembro e cedendo às pressões da direita militar.

Seja como for, a aceitação ou não do pedido de demissão de Souto Cruz, a escolha de substituto e as funções que vierem ou não a ser distribuídas a Rosa Coutinho, agora reintegrado, constituirão uma boa maneira de ver até que ponto o poder militar (em última instância representado por Eanes) segue as orientações dos militares mais reaccionários, ou se, aprendendo as lições do passado, compreenderá Eanes que as sucessivas cedências à direita militar fascista não contribuem para a apaziguação como, pelo contrário, lhe darão cada vez mais força tornando-a numa perigosa ameaça para a democracia e para o povo português.